

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Os agentes econômicos já esperavam de 2015 um ano de ajustes, no entanto, o primeiro semestre mostrou que as consequências da onda de bonança que o Brasil sofreu nos últimos anos se arrastarão além de 2016. O triplicado macroeconômico se viu ameaçado, a começar pela meta fiscal, que foi significativamente reduzida (a despeito do risco desta redução comprometer a estabilização da dívida pública brasileira). Este evento, atrelado à conjuntura, aumentou as chances do *downgrade* do rating soberano no curto prazo. Do lado monetário, mesmo diante do cenário de recessão prolongada e deterioração do mercado de trabalho, o Banco Central do Brasil continua no processo de aumento da taxa básica de juros ao patamar de 14,25%, na expectativa de trazer a inflação ao centro da meta já em 2016, já que, neste ano, a inflação anualizada já ultrapassou o nível de 9% aa. Não obstante, o terceiro pilar macroeconômico, o câmbio flutuante, apresentou uma forte desvalorização, fechando o 1º semestre no patamar de R\$ 3,10 / US\$, e o mês de julho 2015 próximo de R\$ 3,40 / US\$. Em meio a esta conjuntura econômica desfavorável, a capacidade do Governo de encontrar saídas é colocada à prova, principalmente em função da baixa coalizão da base aliada ao Governo.

A EMPRESA

O Banco Fidis S.A. constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat Chrysler Automobiles N.V., da Holanda, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (*floor-plan*) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de sua Unidade de Negócio *Chrysler Group Financial Services*, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Chrysler (CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

Em virtude da reorganização mundial das empresas FIAT e CNH Industrial iniciada em 2011, o Banco Fidis em conjunto com o Banco CNH Industrial Capital S/A e Iveco Latin America Ltda celebraram contrato de cessão de direitos, com efeitos a partir 01 de janeiro de 2014, no qual o Banco Fidis cedeu ao Banco CNHI o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais dos veículos da marca Iveco. Dessa forma, a partir de 01 de janeiro de 2014, o Banco CNHI assumiu as atividades da Unidade de Negócio *Iveco Capital*, a qual oferece linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco, ocorrendo em 01 de julho de 2014 a transferência para o Banco CNHI da carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionários da Iveco (*floor plan*).

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no primeiro semestre de 2015 foi de R\$333,7 milhões, um aumento de 10,01% em relação ao primeiro semestre de 2014, alcançada predominantemente pelo aumento significativo de 95,77% do resultado nas operações com títulos e valores mobiliários, devido ao maior volume das operações de investimento de curto prazo e aumento das taxas de juros ao longo do primeiro semestre de 2015.

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no primeiro semestre de 2015 foi de R\$42,67 milhões, 30,19% menor do que no mesmo período de 2014, redução essa impactada substancialmente pelo resultado não recorrente originado pelo preço pago pelo Banco CNHI na aquisição da Unidade de Negócio Iveco Capital em 2014.

Como consequência, o lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$24,43 milhões, inferior em 31,92% em relação ao lucro líquido do primeiro semestre de 2014.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução nº 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais do Banco, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução nº 3.467 do Banco Central do Brasil. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de *Compliance*, Auditoria Interna e Diretoria. A estrutura de Governança abrange as áreas de *Compliance*, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna do Grupo FCA, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crises de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular nº 3.461. Avaliados os padrões adotados pelo Grupo FCA, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (*Internal Control Over Financial Reporting*), objetivando garantir os processos de Contabilidade e *Reporting*.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	30.06.15		30.06.14		PASSIVO	Notas	30.06.15		30.06.14	
		30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14			30.06.15	30.06.14		
Circulante		4.127.939	4.864.941	2.471.719	2.854.053	Circulante		2.471.719	2.854.053	2.471.719	2.854.053
Disponibilidades		7.809	13.616	1.667.541	1.329.699	Depósitos	9	1.667.541	1.329.699	1.667.541	1.329.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	284.455	461.627	1.458.056	984.157	Depósitos a prazo		1.458.056	984.157	1.458.056	984.157
Aplicações no mercado aberto		284.455	461.627	209.485	345.542	Depósitos interfinanceiros		209.485	345.542	209.485	345.542
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	2.879	7.066	80.001	-	Obrigações por operações compromissadas		80.001	-	80.001	-
Carteira própria		-	6.191	Obrigações por operações compromissadas		Obrigações por operações compromissadas		80.001	-	80.001	-
Cotas de fundos de investimento		594	568	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	233.069	1.012.081	233.069	1.012.081
Diferencial a receber		2.285	307	Letras financeiras		Letras financeiras		233.069	1.012.081	233.069	1.012.081
Operações de crédito	6	3.653.875	4.201.292	Obrigações por empréstimo	9	Obrigações por empréstimo	9	117.385	-	117.385	-
Operações de crédito - setor privado		3.724.230	4.293.000	Obrigações por empréstimo no exterior		Obrigações por empréstimo no exterior		117.385	-	117.385	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(70.355)	(91.708)	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	304.387	428.881	304.387	428.881
Operações de arrendamento mercantil	8	(22)	(646)	Finame		Finame		304.387	428.881	304.387	428.881
Arrendamentos a receber		957	(646)	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	328	4.360	328	4.360
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(887)	(2.494)	Instrumentos financeiros derivativos		Instrumentos financeiros derivativos		328	4.360	328	4.360
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(92)	(781)	Outras obrigações		Outras obrigações		69.008	79.032	69.008	79.032
Outros créditos	7	121.919	166.557	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6.313	6.059	6.313	6.059
Rendas a receber		839	2.031	Negociação e intermediação de valores		Negociação e intermediação de valores		12	95	12	95
Diversos		121.080	164.526	Fiscais e previdenciárias	13.a)	Fiscais e previdenciárias	13.a)	15.075	27.809	15.075	27.809
Outros valores e bens		57.024	15.429	Diversas	13.b)	Diversas	13.b)	47.608	45.069	47.608	45.069
Outros valores e bens		57.024	15.012	Exigível a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo		1.862.413	2.463.292	1.862.413	2.463.292
Despesas antecipadas		-	417	Depósitos	9	Depósitos	9	1.145.127	1.552.027	1.145.127	1.552.027
Realizável a Longo Prazo		784.476	988.816	Depósitos a prazo		Depósitos a prazo		1.145.127	1.552.027	1.145.127	1.552.027
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	113.078	93.280	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	Obrigações por recursos de letras financeiras	9	351.411	217.009	351.411	217.009
Carteira própria		102.329	91.505	Letras financeiras		Letras financeiras		351.411	217.009	351.411	217.009
Diferencial a receber		10.749	1.775	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	336.740	661.655	336.740	661.655
Operações de crédito	6	580.469	796.171	Finame		Finame		336.740	661.655	336.740	661.655
Operações de crédito - setor privado		608.563	842.526	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	17	501	17	501
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(28.094)	(46.355)	Instrumentos financeiros derivativos		Instrumentos financeiros derivativos		17	501	17	501
Operações de arrendamento mercantil	8	(2)	(8)	Outras obrigações		Outras obrigações		29.118	32.100	29.118	32.100
Arrendamentos a receber		340	1.034	Fiscais e previdenciárias	13.a)	Fiscais e previdenciárias	13.a)	19.520	18.486	19.520	18.486
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(340)	(1.034)	Diversas	13.b)	Diversas	13.b)	9.598	13.614	9.598	13.614
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(2)	(8)	Resultado de Exercícios Futuros	14	Resultado de Exercícios Futuros	14	12.482	14.630	12.482	14.630
Outros créditos	7	90.931	99.373	Resultado de exercícios futuros		Resultado de exercícios futuros		12.482	14.630	12.482	14.630
Diversos		90.931	99.373	Patrimônio Líquido	15	Patrimônio Líquido	15	576.245	534.346	576.245	534.346
Permanente		10.444	12.565	Capital social		Capital social		473.669	473.669	473.669	473.669
Imobilizado de uso		3.059	2.569	De domiciliados no País		De domiciliados no País		118.417	118.417	118.417	118.417
Outras imobilizações de uso		5.273	4.147	De domiciliados no Exterior		De domiciliados no Exterior		355.252	355.252	355.252	355.252
Depreciação acumulada		(2.214)	(1.578)	Aumento Capital		Aumento Capital		7.000	-	7.000	-
Imobilizado de arrendamento	8	2.208	5.601	De domiciliados no País		De domiciliados no País		1.750	-	1.750	-
Bens arrendados		5.390	14.725	De domiciliados no Exterior		De domiciliados no Exterior		5.250	-	5.250	-
Depreciação acumulada		(4.870)	(13.800)	Reserva de lucros		Reserva de lucros		71.965	25.422	71.965	25.422
Superveniência de depreciação		1.688	4.676	Ajuste de avaliação patrimonial	5.d)	Ajuste de avaliação patrimonial	5.d)	405	1.171	405	1.171
Diferido		74	317	Lucros acumulados		Lucros acumulados		23.206	34.084	23.206	34.084
Gastos pré-operacionais		2.372	2.372	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.922.859	5.866.321	4.922.859	5.866.321
Amortização acumulada		(2.298)	(2.085)								
Perdas em arrendamentos a amortizar		-	124								
Amortização de perdas diferidas		-	(94)								
Intangível		5.103	4.078								
Ativos intangíveis		6.944	5.146								
Amortização acumulada		(1.841)	(1.068)								
Total do Ativo		4.922.859	5.866.321								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	30.06.15	30.06.14
Receitas da Intermediação Financeira		333.747	303.373
Operações de crédito		255.017	262.808
Operações de arrendamento mercantil		896	807
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		77.834	39.758
Despesas da Intermediação Financeira		(244.151)	(231.202)
Operações de captação no mercado		(215.227)	(180.262)
Operações de arrendamento mercantil		(720)	(559)
Empréstimos, cessões e repasses		(11.403)	(15.544)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(16.801)	(34.840)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		89.596	72.171
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(52.623)	(32.813)
Receitas de prestação de serviços		615	615
Receitas com cobrança de tarifas		108	771
Despesas de pessoal		(8.419)	(7.064)
Outras despesas administrativas	16.a)	(21.502)	(20.464)
Despesas tributárias		(5.114)	(5.305)
Outras receitas operacionais	16.b)	5.237	6.027
Outras despesas operacionais	16.c)	(23.548)	(7.393)
Resultado Operacional		36.973	39.358
Resultado não Operacional		5.690	21.753
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		42.663	61.111
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(17.508)	(24.499)
Participações dos Empregados nos Lucros		(728)	(734)
Lucro Líquido do Semestre		24.427	35.878
Lucro Líquido do Semestre por Ação do Capital Social - R\$		0,04	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	30.06.15	30.06.14
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do semestre		24.427	35.878
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.d)	16.801	34.840
Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.d)	(45.768)	(64.637)
Depreciações e amortizações		1.019	1.036
Depreciações de bens de arrendamento mercantil		353	538
Insuficiência de depreciação, líquida	8	333	1.438
(Ganho) perda na alienação de bens não de uso próprio		(5.591)	876
Perda na alienação de imobilizado de uso		-	256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.318	(1.824)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	12	14.190	26.323
Constituição líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.a) e 13.b)	244	95
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.b)	(116)	(98)
Baixa de depósitos judiciais	16.c)	-	1.228
Varição das cotas de fundos de investimento		13	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

respectivos itens objeto de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, os devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por no mínimo seis meses. As operações baixadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não sendo figurando no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social - Estão calculados levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco também reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre os diferendos intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, na medida em que há expectativa de sua realização, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

Imobilização de uso - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

Arrendamento mercantil - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta "valores residuais a receber", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta sua demonstração financeira pela diferença entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento, valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

Depósitos, letras financeiras, empréstimos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e constituídos em encargos e variações cambiais exíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

Contingências e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

Demais passivos circulante e exigível a longo prazo e resultado de exercícios futuros - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

Aplicações Interfinanceiras e Líquidez

Compromissadas - carteira própria:
LFT - Letras Financeiras do Tesouro
LTN - Letras do Tesouro Nacional
NTN - Notas do Tesouro Nacional
Depósitos interfinanceiros
30.06.2015 69.998 109.996 89.199 50.000
125.256 81.435 284.455 461.627

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

5.1 Títulos e valores mobiliários - composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:

30.06.2015	30.06.2014
Custo corrigido	Valor de mercado
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	22.183 22.175
NTN - Notas do Tesouro Nacional	80.188 80.154
Depósitos interfinanceiros	125.256 81.435
Total	102.371 97.696

5.2 Instrumentos financeiros derivativos (Swap):

30.06.2015	30.06.2014
Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)
Ativo DI x Passivo Pré	171.300 823
Ativo Dólar x Passivo DI	100.000 10.885
Hedge - Fluxo de Caixa	271.300 11.708
Ativo Pré x Passivo DI (*)	12.000 263
Hedge - Risco de Mercado	12.000 263
Total	283.300 11.973

6. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Carteira de créditos:

30.06.2015	30.06.2014
Notas	30.06.2015
Empréstimos e títulos descontados	502.125 390.257
Operações de crédito	3.830.668 4.745.269
Operações de arrendamento mercantil	1.297 3.663
Total	4.334.090 5.139.189

7.1. Créditos tributários

a) Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário:

2015	2014
Notas	30.12.14
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado	6,1 51.004
Provisão para riscos fiscais	13,1 4.367
Provisão para riscos cíveis	13,1 2.442
Provisão para riscos trabalhistas	13,1 1.006
Diferimento de depósitos judiciais	13,1 1.800
Diferimento de rendas antecipadas	4,3 4.336
Créditos lançados a prejuízo	4,8 8.000
Outros	2,0 2.068
Total	69.943 28.680

7.2. Resultado de Exercícios Futuros

2015	2014
Notas	30.12.14
Diferimento de rendas antecipadas	11 12.482
Goodwill - Banco CNH	- - 551
Total	11 12.482

8. Imobilização de Arrendamento e Operações de Arrendamento Mercantil

2015	2014
Notas	30.06.2015
Imobilizado de arrendamento	5.390 14.725
Depreciação acumulada	(4.870) (13.800)
Superávit de depreciação, líquida	1.688 4.676
Total de imobilizado em arrendamento	2.008 5.601
Arrendamentos a receber - setor privado	1.297 3.663
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	1.026 2.616
Total	4.331 11.880

9. Depósitos, Letras Financeiras e Empréstimo no Exterior

a) Composição da carteira:

2015	2014
Notas	30.06.2015
Depósitos a prazo:	11 1.618.677
Letras financeiras	2.603.183
Depósitos interfinanceiros:	209.485
Letras financeiras:	584.480
Empréstimo no exterior	117.385
Total	3.514.533

10. Obrigações por Repasses do BACEN

2015	2014
Notas	30.06.2015
Operação pré-fixada	63.910 162.236
Operação pós-fixada	21.498 56.743
Total	85.408 218.979

11. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas

2015	2014
Notas	30.12.14
Ativos:	29.683
Outros créditos - Diversos (Nota 7)	29.683
Passivos:	1.618.677
Depósitos a prazo (Nota 9)	1.618.677
Outras obrigações - Diversas (Nota 13.b)	4.896
Benefícios curto prazo a administradores:	416
Ordernados, férias e 13º salário	416
Receitas:	162.373
Recargas de equalização - Rede (*)	143.378

12. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominais Comparadas às Taxas Efetivas

2015	2014
Notas	30.06.2015
Depósitos a prazo:	649.764
FCA Brasil Ltda	649.764
Total	649.764

13. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

2015	2014
Notas	30.06.2015
Circulante:	12 8.698
Imposto de renda a recolher	12 5.042
Outros impostos e contribuições a recolher	1.335 1.486
Total do passivo circulante	15.075 27.809

14. Resultado de Exercícios Futuros

2015	2014
Notas	30.12.14
Diferimento de rendas antecipadas	11 12.482
Goodwill - Banco CNH	- - 551
Total	11 12.482

15. Patrimônio Líquido

2015	2014
Notas	30.06.2015
Capital social	647.391,175
Reserva Legal	473.669,237,89
Total	1.121.060,412

16. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Carteira de créditos:

2015	2014
Notas	30.06.2015
Empréstimos e títulos descontados	502.125 390.257
Operações de crédito	3.830.668 4.745.269
Operações de arrendamento mercantil	1.297 3.663
Total	4.334.090 5.139.189

17. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas

2015	2014
Notas	30.12.14
Ativos:	29.683
Outros créditos - Diversos (Nota 7)	29.683
Passivos:	1.618.677
Depósitos a prazo (Nota 9)	1.618.677
Outras obrigações - Diversas (Nota 13.b)	4.896
Benefícios curto prazo a administradores:	416
Ordernados, férias e 13º salário	416
Receitas:	162.373
Recargas de equalização - Rede (*)	143.378

18. Imobilização de Arrendamento e Operações de Arrendamento Mercantil

2015	2014
Notas	30.06.2015
Imobilizado de arrendamento	5.390 14.725
Depreciação acumulada	(4.870) (13.800)
Superávit de depreciação, líquida	1.688 4.676
Total de imobilizado em arrendamento	2.008 5.601
Arrendamentos a receber - setor privado	1.297 3.663
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	1.026 2.616
Total	4.331 11.880

19. Depósitos, Letras Financeiras e Empréstimo no Exterior

a) Composição da carteira:

2015	2014
Notas	30.06.2015
Depósitos a prazo:	11 1.618.677
Letras financeiras	2.603.183
Depósitos interfinanceiros:	209.485
Letras financeiras:	584.480
Empréstimo no exterior	117.385
Total	3.514.533

20. Obrigações por Repasses do BACEN

2015	2014
Notas	30.06.2015
Operação pré-fixada	63.910 162.236
Operação pós-fixada	21.498 56.743
Total	85.408 218.979

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

respectivos itens objeto de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, os devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por no mínimo seis meses. As operações baixadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não sendo figurando no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social - Estão calculados levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco também reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre os diferendos intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, na medida em que há expectativa de sua realização, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

Imobilização de uso - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

Arrendamento mercantil - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta "valores residuais a receber", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta sua demonstração financeira pela diferença entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento, valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

Depósitos, letras financeiras, empréstimos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e constituídos em encargos e variações cambiais exíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

Contingências e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

Demais passivos circulante e exigível a longo prazo e resultado de exercícios futuros - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

Aplicações Interfinanceiras e Líquidez

Compromissadas - carteira própria:
LFT - Letras Financeiras do Tesouro
LTN - Letras do Tesouro Nacional
NTN - Notas do Tesouro Nacional
Depósitos interfinanceiros
30.06.2015 69.998 109.996 89.199 50.000
125.256 81.435 284.455 461.627

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

5.1 Títulos e valores mobiliários - composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:

30.06.2015	30.06.2014
Custo corrigido	Valor de mercado
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	22.183 22.175
NTN - Notas do Tesouro Nacional	80.188 80.154
Depósitos interfinanceiros	125.256 81.435
Total	102.371 97.696

5.2 Instrumentos financeiros derivativos (Swap):

30.06.2015	30.06.2014
Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)
Ativo DI x Passivo Pré	171.300 823
Ativo Dólar x Passivo DI	100.000 10.885
Hedge - Fluxo de Caixa	271.300 11.708
Ativo Pré x Passivo DI (*)	12.000 263
Hedge - Risco de Mercado	12.000 263
Total	283.300 11.973

6. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Carteira de créditos:

30.06.2015	30.06.2014
Notas	30.06.2015
Empréstimos e títulos descontados	502.125 390.257
Operações de crédito	3.830.668 4.745.269
Operações de arrendamento mercantil	1.297 3.663
Total	4.334.090 5.139.189

7.1. Créditos tributários

a) Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário:

2015	2014
Notas	30.12.14
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado	6,1 51.004
Provisão para riscos fiscais	13,1 4.367
Provisão para riscos cíveis	13,1 2.442
Provisão para riscos trabalhistas	13,1 1.006
Diferimento de depósitos judiciais	13,1 1.800
Diferimento de rendas antecipadas	4,3 4.336
Créditos lançados a prejuízo	4,8 8.000
Outros	2,0 2.068
Total	69.943 28.680

7.2. Resultado de Exercícios Futuros

2015	2014
Notas	30.12.14
Diferimento de rendas antecipadas	11 12.482
Goodwill - Banco CNH	- - 551
Total	11 12.482

8. Imobilização de Arrendamento e Operações de Arrendamento Mercantil

2015	2014
Notas	30.06.2015
Imobilizado de arrendamento	5.390 14.725
Depreciação acumulada	(4.870) (13.800)
Superávit de depreciação, líquida	1.688 4.676
Total de imobilizado em arrendamento	2.008 5.601
Arrendamentos a receber - setor privado	1.297 3.663
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	1.026 2.616
Total	4.331 11.880

9. Depósitos, Letras Financeiras e Empréstimo no Exterior

a) Composição da carteira:

2015	2014
Notas	30.06.2015
Depósitos a prazo:	11 1.618.677
Letras financeiras	2.603.183
Depósitos interfinanceiros:	209.485
Letras financeiras:	584.480
Empréstimo no exterior	117.385
Total	3.514.533

10. Obrigações por Repasses do BACEN

2015	2014
Notas	30.06.2015
Operação pré-fixada	63.910 162.236
Operação pós-fixada	21.498 56.743
Total	85.408 218.979

11. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas

2015	2014
Notas	30.12.14
Ativos:	29.683
Outros créditos - Diversos (Nota 7)	29.683
Passivos:	1.618.677
Depósitos a prazo (Nota 9)	1.618.677
Outras obrigações - Diversas (Nota 13.b)	4.896
Benefícios curto prazo a administradores:	416
Ordernados, férias e 13º salário	416
Receitas:	162.373
Recargas de equalização - Rede (*)	143.378

12. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominais Comparadas às Taxas Efetivas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Outras Informações
a) Outras despesas administrativas:

	Notas	30.06.2015	30.06.2014
Consultorias jurídicas		(371)	(467)
Consultoria financeira - Fiat Chrysler Finanças	11	(5.037)	(4.858)
Serviços prestados - FCA Participações Brasil S.A.	11	(159)	(222)
Serviços inspetoria - <i>Floor Plan</i>		(418)	(532)
Serviços gestão documental e <i>Tech for</i>		-	(59)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas		(3.733)	(2.878)
Serviços de correspondente no país		(128)	(844)
Serviços prestados cobrança		(4.589)	(1.660)
Serviços prestados cobrança - Banco CNHi	11	(1.277)	(1.755)
Despesas de aluguéis		(387)	(361)
Despesas de comunicações		(441)	(353)
Despesas de cadastro		(306)	(431)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(739)	(1.652)
Despesas de viagens		(392)	(298)
Despesas com promoções e relações públicas		(43)	(96)
Outras despesas administrativas		(3.482)	(3.998)
Total		<u>(21.502)</u>	<u>(20.464)</u>

b) Outras receitas operacionais:

	30.06.2015	30.06.2014
Recuperação de despesas diversas	15	162
Recuperação gastos cobrança	3.408	3.606
Atualização de depósitos judiciais	116	98
Recuperação de despesas com o fundo garantidor de crédito	1.202	1.307
Reversão de provisão perdas realização de ativos	93	176
Atualização impostos a compensar	76	-
Outras rendas operacionais	327	678
Total	<u>5.237</u>	<u>6.027</u>

c) Outras despesas operacionais:

	Notas	30.06.2015	30.06.2014
Despesas de riscos cíveis	13.b)	(45)	(53)
Despesas de riscos trabalhistas	13.b)	(398)	(3)
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas		-	(1.228)
Amortização de perdas diferidas de arrendamento mercantil		(21)	(22)
Juros sobre provisão para riscos fiscais	13.a)	(286)	(246)
Juros sobre impostos		(18)	(6)
Campanha comercial FCA Brasil Ltda	11	(3.000)	(3.000)
Despesas processuais de cobrança		(1.616)	(1.790)
Despesas variação cambial empréstimo exterior		(18.031)	-
Despesas operações transferência de ativo financeiro		(38)	-
Outras despesas operacionais		(95)	(1.045)
Total		<u>(23.548)</u>	<u>(7.393)</u>

d) Conforme disposto na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional e disposições complementares, as instituições financeiras devem manter permanentemente montantes de patrimônio de referência (PR), estruturado em nível I, nível II e capital principal, em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na referida resolução. Em 30 de junho de 2015, o índice de basileia era de 18,51% (14,56% em 30 de junho de 2014), sendo o índice mínimo exigido pela referida resolução de 11%. O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	30.06.2015	30.06.2014
Capital social	480.669	473.669
Reservas de lucros	95.171	59.506
Ajustes ao valor de mercado de derivativos/TVM	405	1.171
Ajustes prudenciais no capital principal	(13.381)	(7.273)
Total capital principal	<u>562.864</u>	<u>527.073</u>
Patrimônio de referência - nível I	<u>562.864</u>	<u>527.073</u>
Patrimônio de referência - nível II	-	-
(a) Patrimônio de referência total	<u>562.864</u>	<u>527.073</u>
Alocação de capital:		
Risco de crédito - RWAcpad	304.181	369.828
Risco operacional - RWAopad	30.014	28.448
Risco de mercado - RWAmpad/mint	374	-
(b) Ativos ponderados pelo risco - RWA	<u>334.569</u>	<u>398.276</u>
(c) Risco de mercado - Rban	1.124	1.330
Margem = a - (b+c)	<u>227.171</u>	<u>127.467</u>
Índice da Basileia	18,51%	14,56%
e) Limites de imobilização		
Base de Cálculo	30.06.15	30.06.14
Patrimônio de Referência - PR	562.864	527.073
(a) Situação do imobilizado	6.598	6.637
(b) Limite para imobilização (50% PR)	281.432	263.536
Margem (b - a)	<u>274.834</u>	<u>256.899</u>
Índice de Imobilização em relação ao PR	1,17%	1,26%

17. Gerenciamento de Riscos e de Capital Regulatório

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular nº 3.678 (Gestão Riscos) e Resolução nº 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

17.1 Gestão de Riscos
a) Risco Operacional

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

b) Risco de Liquidez

No Banco o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. Sua gestão é realizada em conformidade com a Resolução nº 4.090/12, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações do risco de liquidez. A resolução propõe ainda que a instituição estabeleça plano de contingência de liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas tempestivas.

O Comitê de Funding que se reúne periodicamente tem entre suas atribuições a responsabilidade de promover discussões e análises sobre a exposição ao risco de liquidez. Também acompanha os processos e procedimentos elaborados pela área de gerenciamento do risco de liquidez, garantindo a aderência às normas regulatórias estabelecidas.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocação do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do *Chief Risk Officer* (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

d) Risco de mercado

O risco de mercado tem origem quando as posições detidas têm seu valor alterado, em função de alteração nos preços praticados no mercado. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente a tendência e o comportamento dos indicadores financeiros e dos preços de mercado de suas exposições, avaliando a necessidade de venda ou negociação de novas operações.

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo a maximização da relação entre o retorno financeiro e os riscos decorrentes da variação no valor de mercado das exposições, de forma compatível com a estratégia e o prazo destas exposições. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

Através de modelos de cálculo de value-at-risk e, principalmente, via testes de estresse e análises de cenário, os diversos cenários vislumbrados para o comportamento dos mercados são devidamente simulados, o que permite a identificação dos principais componentes do risco a serem neutralizados.

Para evitar o impacto de grandes variações de preço, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer instrumento financeiro.

17.2 Gestão de Capital

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução nº 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Controladoria é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de *Funding* é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos. A política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

18. Eventos Subsequentes

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Banco Fidis S.A. aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas da MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A DIRETORIA
CONTROLLER
BRUNO CÉSAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ
 CRC - MG - 084398/O-0

CONTADORA
EUCY APARECIDA AMORIM
 CRC - MG - 055770/O-5

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exames e discussões dos Auditores Independentes, Ernst & Young, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do

Banco Fidis S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota explicativa nº 8 e 3.ii). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fidis S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2015.


ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP015199/O-6-F-MG

Rogério Xavier Magalhães
 Contador CRC 1MG080613/O-1
Claudia Gomes Pinheiro
 Contadora CRC 1MG089076/O-0